

Conclusões e recomendações

A Assembleia Nacional de Cabo Verde, em parceria com as Redes de Mulheres Parlamentares e a Assembleia Parlamentar da Francofonia, organizou, na Cidade da Praia, nos dias 3 e 4 de Maio de 2018, o *Seminário Parlamentar Sobre o Parlamento Moderno, Abertura à Sociedade Civil e Consciencialização da Igualdade de Género*.

O seminário, cuja abertura foi presidida por Sua Excelência, o Sr. Presidente da República de Cabo Verde, constituiu um diálogo aberto, conduzido por parlamentares e especialistas em matéria de protecção dos direitos das mulheres, contando com a participação de parlamentares cabo-verdianos, representantes de institucionais nacionais e da sociedade civil.

Desses dois dias de intenso e profícuo debate, é de salientar as seguintes conclusões e recomendações:

- Maior abertura e aproximação dos Parlamentos e outras instâncias políticas à sociedade civil e aos cidadãos, como condições indispensáveis e inevitáveis para o desenvolvimento da cultura democrática;
- Adopção de medidas para a promoção da igualdade e equidade de género;
- Ultrapassar as justificações simplistas;
- Adopção de medidas que garantam a concretização dos dispositivos legais e o combate e a erradicação de condutas inaceitáveis, ainda que alicerçadas em elementos culturais;
- Atenção ao modo como as minorias ou as camadas habitualmente marginalizadas são tratadas institucionalmente;
- Adopção de medidas estruturais de criação de condições que auxiliem as mulheres nas funções sociofamiliares, de modo a potenciar a participação das mesmas na vida política e aproximar as entidades da sociedade que representam;
- Adopção de medidas visando a remoção dos obstáculos psicossociológicos e políticos que condicionam a participação das mulheres na política e na vida dos países;
- Defesa da igualdade de género e maior participação das mulheres nos diversos níveis do poder como uma causa de todos;
- A aprovação da lei paridade é o melhor instrumento para se concretizar e garantir a participação política das mulheres;

- Sensibilização dos partidos políticos e dos eleitores para a questão da representação política das mulheres;
- Vigilância em relação aos comportamentos sexistas;
- Adopção de medidas visando proteger as mulheres e crianças da violência, principalmente no seio familiar;
- Investimento no sistema educativo como promotor de princípios como o respeito, a tolerância, a irmandade, a solidariedade e a partilha de valores;
- Constituição de uma aliança não apenas de vozes mas também de esforços para a consecução dos objectivos em matéria de igualdade e equidade de género;
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de comunicação entre o Parlamento e a sociedade;
- Realização de intercâmbios e trocas de experiências com parlamentares de outros países e instâncias sociais;
- Reforço do papel das mulheres nos parlamentos, através da troca de experiências, encorajamento e estímulo à solidariedade;
- Dotar os Parlamentos de meios para agirem em favor da igualdade de género, melhor conhecimento do trabalho parlamentar e abertura à sociedade civil;
- Direcionar seminários para sensibilizar os homens que são os principais decisores políticos e muitas vezes não estão nos centros dos debates sobre a participação política da mulher;
- A representação parlamentar deve reflectir a diversidade da sociedade.

Palácio da Assembleia Nacional, aos 4 dias de Maio de 2018.